



POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FEIRA DE SANTANA: ESPACIALIZAÇÃO E AS DINÂMICAS DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

PUBLIC POLICIES AND THE HOMELESS POPULATION IN FEIRA DE SANTANA: SPATIALIZATION AND THE DYNAMICS OF URBAN SPACE STRUCTURING

POLÍTICAS PÚBLICAS Y POBLACIÓN EN SITUACIÓN DE CALLE EN FEIRA DE SANTANA: ESPACIALIZACIÓN Y DINÁMICAS DE ESTRUCTURACIÓN DEL ESPACIO URBANO

Bruno de Menezes Moreira

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Mestre em Planejamento Territorial (PLANTERR)
Servidor Público Municipal (PM CJ)
menezes.brunno@yahoo.com.br

Vanessa da Silva Vieira

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Professora Doutora (UEFS/PLANTERR)
vanessavieira@uefs.br

RESUMO

O artigo apresenta uma visão abrangente das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua na cidade de Feira de Santana. O foco principal do estudo é analisar a situação atual dessas políticas na cidade, especialmente durante os anos de 2020 e 2021. A pesquisa se concentrou na espacialização da população em situação de rua em Feira de Santana, identificando os principais pontos de concentração dessa população, como viadutos, praças, centros comerciais e avenidas. O mapeamento realizado revelou que a concentração é significativa no centro da cidade, o que ressalta a importância de direcionar esforços e recursos para essas áreas. Além disso, o texto discute a atuação e espacialização dos órgãos públicos que lidam com a população em situação de rua, destacando a presença dessas instituições na região central da cidade. Contudo, ressalta que ainda existem lacunas na cobertura territorial e na integração dos serviços prestados. Por fim, o estudo ressalta a importância do mapeamento da população em situação de rua como uma ferramenta essencial para o planejamento e implementação de políticas públicas eficazes, sensibilização da sociedade e mobilização de recursos. Ele também destaca desafios e questões a serem consideradas na busca por soluções mais abrangentes e humanizadas para atender às necessidades dessa população vulnerável.

Palavras chave: Espacialização. Feira de Santana. Políticas públicas. Pessoa em Situação de Rua. Vulnerabilidade Social.

Abstract:

This article provides a comprehensive analysis of public policies aimed at the homeless population in the city of Feira de Santana. The primary focus of the study is to examine the current state of these policies in the city, particularly during the years 2020 and 2021. The research emphasizes the spatial



distribution of the homeless population in Feira de Santana, identifying key areas of concentration, such as underpasses, squares, commercial centers, and avenues. The mapping conducted revealed a significant concentration in the city center, highlighting the need to direct efforts and resources to these areas. Additionally, the article discusses the presence and spatial distribution of public agencies that assist the homeless population, emphasizing their concentration in the central region of the city. However, it also highlights gaps in territorial coverage and service integration. Finally, the study underscores the importance of mapping the homeless population as an essential tool for planning and implementing effective public policies, raising social awareness, and mobilizing resources. It also points out challenges and key considerations in the pursuit of more comprehensive and humane solutions to meet the needs of this vulnerable population.

Keywords: Spatialization, Feira de Santana, Public Policies, Homeless Population, Social Vulnerability.

Resumen:

Este artículo presenta un análisis integral de las políticas públicas dirigidas a la población en situación de calle en la ciudad de Feira de Santana. El principal objetivo del estudio es examinar la situación actual de estas políticas en la ciudad, especialmente durante los años 2020 y 2021. La investigación se enfoca en la espacialización de la población en situación de calle en Feira de Santana, identificando los principales puntos de concentración de esta población, como pasos elevados, plazas, centros comerciales y avenidas. El mapeo realizado reveló una concentración significativa en el centro de la ciudad, lo que resalta la importancia de dirigir esfuerzos y recursos hacia estas áreas. Además, el artículo analiza la actuación y espacialización de los organismos públicos que atienden a la población en situación de calle, destacando su presencia en la región central de la ciudad. No obstante, también señala que aún existen brechas en la cobertura territorial y en la integración de los servicios prestados. Finalmente, el estudio enfatiza la importancia del mapeo de la población en situación de calle como una herramienta esencial para la planificación e implementación de políticas públicas eficaces, la sensibilización de la sociedad y la movilización de recursos. Asimismo, destaca los desafíos y cuestiones a considerar en la búsqueda de soluciones más amplias y humanizadas para atender las necesidades de esta población vulnerable.

Palabras clave: Espacialización, Feira de Santana, Políticas Públicas, Población en Situación de Calle, Vulnerabilidad Social.

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, movimentos sociais começaram a se organizar, especialmente liderados por entidades cristãs e não governamentais, em resposta ao aumento das necessidades da população. Com o crescimento dessa demanda, os movimentos sociais passaram a pressionar o governo para lidar com os impactos econômicos associados a esse aumento. Em 1988, começaram a surgir avanços na garantia de direitos legais, porém as políticas públicas para pessoas em situação de rua evoluíram lentamente. Houve cobranças ao governo para enfrentar essa situação, especialmente em centros urbanos, o que resultou em transformações nas políticas públicas e legislação direcionada a grupos vulneráveis, como a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) por meio do Decreto nº 7.053/2009.



Esta política foi um passo importante para garantir a dignidade e os direitos civis dessa população.

Para obter acesso aos principais direitos e garantias legais das pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo a população em situação de rua, é necessário considerar o contexto sociocultural e econômico, especialmente nos centros urbanos, onde essa realidade muitas vezes passa despercebida e está fragilizada. A vulnerabilidade está relacionada à deterioração dos direitos civis, perda de garantias adquiridas e fragilização da cidadania, como apontado por Kowaeick (2009, p.78). A falta de moradia, trabalho, o rompimento de vínculos familiares e/ou afetivos, questões jurídicas ou sociais, e problemas relacionados a gênero, podem levar indivíduos ou até mesmo famílias a buscar nas ruas formas de subsistência e serem considerados pessoas em situação de rua. A concentração maciça de pessoas em situação de rua em praças, viadutos, e centros comerciais constitui uma realidade presente, especialmente na cidade de Feira de Santana, onde esse perfil populacional é significativo.

De acordo com o censo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2022, a população em situação de rua no Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022, totalizando 281.472 pessoas (BRASIL, IPEA, 2022). Essas pessoas enfrentam violações de direitos que vão desde a ausência de moradia, alimentação e higiene, até o rompimento de vínculos afetivos, problemas de alcoolismo, desemprego e transtornos psicológicos. A partir de observações, é possível compreender melhor as dificuldades e limitações enfrentadas pelas pessoas em situação de rua, as quais são replicadas em diversos estados e municípios, incluindo Feira de Santana. Por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESO, cujo, identificou na cidade de Feira de Santana 182 pessoas em situação de rua, distribuídos em diversas áreas da cidade (FEIRA DE SANTANA, 2021). É necessário compreender a heterogeneidade dos modos de vida de quem se encontra em situação de rua, a fim de obter alternativas baseadas em um modelo de operacionalização das ações destinadas a esse público. Dessa forma, ressalta que o artigo foi direcionado pela compreensão da realidade da população em situação de rua na cidade, buscando identificar e mapear espacialmente essa situação, considerando a interação social e os fatores ambientais que influenciam essa condição.

INTERLOCUÇÕES SOBRE PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA



O estudo sobre pessoas em situação de rua apresenta desafios significativos, exigindo não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade para compreender suas realidades. Entre os principais fatores que contribuem para essa situação estão experiências de violência, uso de drogas, desemprego e problemas de saúde. Para esses indivíduos, a rua representa um refúgio temporário, onde buscam sobreviver em condições precárias, enfrentando dificuldades como falta de alimentação e higiene adequada.

A legislação reconhece a população em situação de rua como um grupo heterogêneo, incluindo andarilhos, migrantes, catadores, mendigos, entre outros. Os direitos dessas pessoas, como o direito à locomoção e à dignidade, são garantidos pela Constituição Federal. No entanto, há diferentes perspectivas sobre quem se enquadra nesse grupo, com alguns autores defendendo que a situação de rua resulta da falta de condições para providenciar moradia, enquanto outros acreditam que pode ser uma escolha ou uma necessidade de trabalho. O contexto social e econômico desempenha um papel crucial nessa questão, influenciando as oportunidades disponíveis e as condições de vida das pessoas em situação de rua.

CONTRIBUIÇÃO NORMATIVA E LEGISLATIVA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

O Decreto 7.053/2009 estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Essa legislação é crucial para abranger a proteção legal em todo o território brasileiro, definindo objetivos, diretrizes e direitos para essa população. Contudo, algumas limitações, como a não obrigatoriedade de adesão por parte de estados e municípios, podem comprometer sua efetividade em algumas áreas. A participação social, apesar de ser enfatizada, nem sempre é plenamente concretizada na implementação dessa política. É essencial que essa política seja amplamente implementada, com ações concretas para garantir direitos básicos, dignidade e inclusão social. Em Feira de Santana, a aplicação da Política Nacional é feita por meio de ações alinhadas com suas diretrizes, buscando uma abordagem integrada e adaptada à realidade local.

A Lei Municipal Nº 3482/2014, instituída em Feira de Santana, complementa a Política Nacional para a População em Situação de Rua, buscando concretizar direitos constitucionais fundamentais para essa população vulnerável. Essa legislação visa oferecer atendimento



especializado e apoio para minimizar danos, garantindo direitos essenciais de forma mais específica e adequada. Alguns artigos importantes desta lei foram adaptados para atender às necessidades locais específicas, refletindo uma preocupação do município em promover direitos e garantias de forma efetiva e adaptada à realidade da cidade.

ATUAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS QUE ATUAM COM PSR

No território urbano de Feira de Santana, a população em situação de rua (PSR) enfrenta desafios que transcendem as barreiras físicas do espaço urbano e se entrelaçam com a complexa teia de políticas sociais e direitos fundamentais. Em meio a essa realidade, a intersecção entre a política de assistência social, os direitos humanos da PSR e o dimensionamento territorial dos equipamentos públicos assume um papel crucial na formulação e implementação de estratégias eficazes para atender às necessidades desse grupo vulnerável. Nesse contexto, o território emerge como um elemento crucial na articulação e implementação das políticas sociais, influenciando diretamente a acessibilidade e a efetividade dos serviços prestados à PSR.

A distribuição geográfica dos equipamentos públicos, tais como centros de assistência social, abrigos, serviços de saúde e apoio jurídico, desempenha um papel significativo na configuração do mapa de atendimento à PSR em Feira de Santana. No entanto, a análise dessa distribuição revela não apenas a presença desses serviços, mas também lacunas e desafios na cobertura territorial e na integração dos mesmos. Assim, compreender a influência da cidade no conhecimento e na resposta aos direitos da PSR exige uma análise cuidadosa da interação entre a política de assistência social, a territorialidade dos equipamentos públicos e a realidade socioespacial da população em situação de rua. Este mapeamento busca explorar a importância dos equipamentos (órgãos) que atuam ou deveriam atuar também prestando serviços para as PSR em Feira de Santana. Com base na análise da distribuição geográfica dos órgãos públicos que prestam serviços à população em situação de rua em Feira de Santana, é evidente a relevância dessas instituições para garantir o atendimento às necessidades básicas e direitos desses indivíduos. No entanto, mesmo com essa presença significativa, observam-se fragilidades tanto na regionalização dos serviços quanto na operacionalização e coordenação dessas ações.



A localização dos órgãos dentro do anel viário da cidade, em áreas próximas ao centro urbano, reflete uma concentração espacial que pode facilitar o acesso dos indivíduos em situação de rua a esses serviços. Entre os órgãos relevantes nesse contexto, destacam-se a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESO), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS I, II e III), o Centro Pop, os abrigos, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, o Centro de Referência de Promoção dos Direitos Humanos, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Conselho Tutelar.

Essas instituições desempenham papéis diversos, desde a identificação até a implementação de medidas para assegurar os direitos das pessoas em situação de rua. No entanto, é importante ressaltar que nem todos os setores conseguem abarcar plenamente suas responsabilidades, o que pode resultar em lacunas nos serviços e ações voltadas para esse público específico. Além disso, a dispersão desses órgãos para além da região central da cidade não deve ser vista como uma barreira à integração eficaz dos serviços. Portanto, a análise da distribuição geográfica dos órgãos públicos voltados para a população em situação de rua em Feira de Santana evidencia não apenas a importância dessas instituições, mas também a necessidade de aprimorar a articulação e coordenação das ações entre elas, visando garantir um atendimento mais abrangente e eficaz a esse segmento vulnerável da sociedade.



LOCALIZAÇÃO DOS ORGÃOS QUE ATUAM COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM FEIRA DE SANTANA-BA

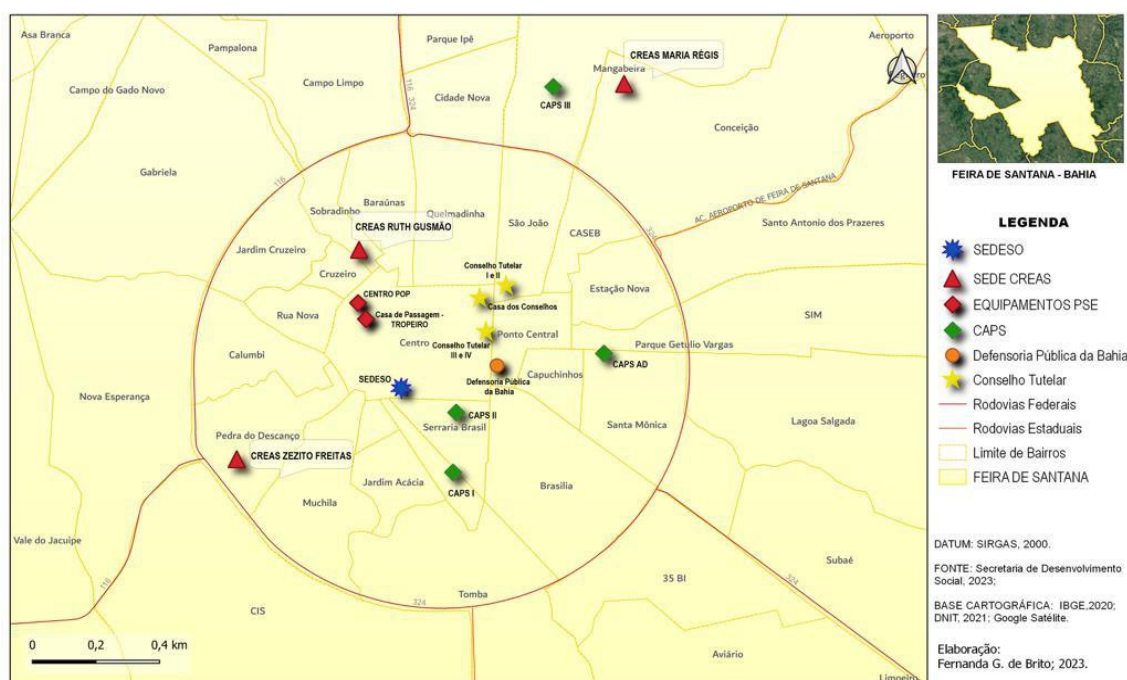


FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DOS ORGÃOS QUE ATUAM COM PSR EM FEIRA DE SANTANA.
 FONTE: FEIRA DE SANTANA, BRUNO MENEZES, 2023.

A observação de que muitos dos órgãos públicos poderiam atuar de forma mais incisiva com a população em situação de rua em Feira de Santana aponta para uma lacuna na efetividade dessas instituições em lidar com as demandas específicas desse grupo vulnerável. Além disso, a concentração dos órgãos públicos em áreas específicas da cidade pode limitar o acesso dos indivíduos em situação de rua a esses serviços, especialmente para aqueles localizados em regiões periféricas ou de difícil acesso. Isso ressalta a necessidade de uma distribuição mais equitativa e estratégica dos recursos e serviços públicos, considerando não apenas a demanda, mas também a geografia urbana e as características da população atendida.

CONHECENDO OS PRINCIPAIS PONTOS DE CONCENTRAÇÃO DE PSR EM FEIRA DE SANTANA.

O pesquisador realizou um mapeamento abrangente da cidade em uma única noite para evitar duplicidades, iniciando às 18h30 e encerrando às 02h52 do dia 06 de abril de 2023. O percurso foi planejado com estratégias de visualização, sugestões da equipe técnica que atuam



com PSR na cidade, seguindo um roteiro flexível. O mapeamento começou nos bairros próximos ao centro da cidade, passou pela região norte, anel viário, região sul, centro, área comercial, entroncamentos, principais feiras livres e outras áreas sem programação prévia. Essa análise espacial foi desafiadora, mas permitiu apresentar uma visão precisa da distribuição das pessoas em situação de rua em Feira de Santana. O resultado desse trabalho está refletido no mapa de concentração da População em Situação de Rua, que mostra a espacialização dessa população em um dia e turno específico, conforme se apresenta na figura 02. Para a captação dos pontos e demonstrar os pontos exatos e coordenadas, foi utilizado um app denominado “salva-locais”. Como resultado final do mapeamento, identificou-se um total de 112 pessoas em situação de rua na cidade de Feira de Santana.

A elaboração desse mapa evidenciou uma realidade, face ao uso de uma estratégia específica para quantificar o número de pessoas em situação de rua em Feira de Santana. Ficou claro que a concentração de pessoas em situação de rua (PSR) em Feira de Santana está dentro do anel viário da cidade, especialmente na região central, incluindo o centro comercial, praças, principais avenidas e viadutos, conforme se apresenta na figura 02.



FIGURA 02 – ESPACIALIZAÇÃO - CONCENTRAÇÃO DE PSR EM FEIRA DE SANTANA.
FONTE: FEIRA DE SANTANA, BRUNO MENEZES, 2023.



Diante desses resultados, é fundamental orientar, promover campanhas, reforçar ou ampliar o acesso às políticas públicas federais, estaduais e municipais, em colaboração com outros órgãos e instituições, incluindo o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Departamento de Proteção Social Especial de Média, Alta Complexidade, Defensoria Pública Estadual e Organizações Não Governamentais. Essas ações são importantes para a permanência dessas pessoas em situação de rua seja uma escolha, e não uma barreira que negue o acesso a direitos essenciais e básicos. Para facilitar essa compreensão apresenta-se o mapa de densidade dessa população por bairros percorridos durante o mapeamento.

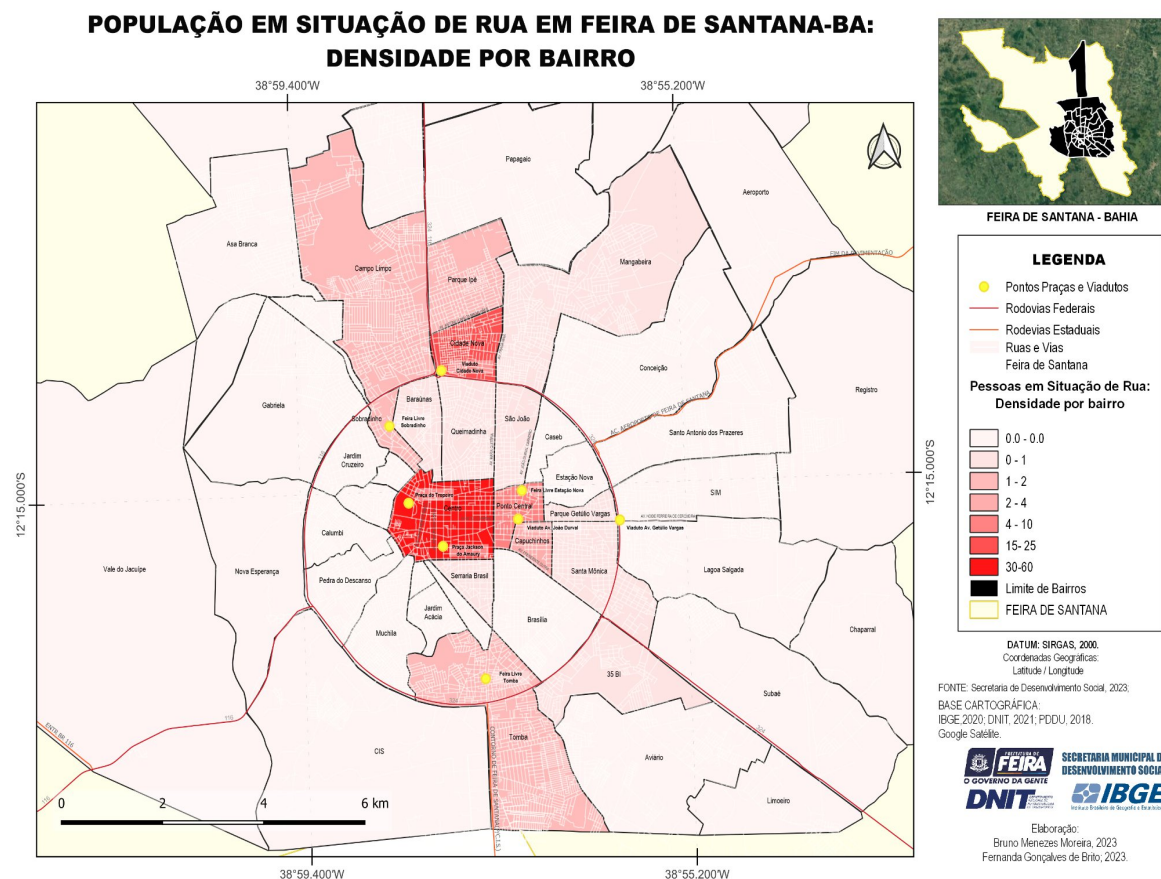


FIGURA 02: DENSIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE FEIRA DE SANTANA
FONTE: BRUNO MENEZES, 2023.

O mapa de densidade da população em situação de rua de Feira de Santana, face à busca ativa, com o uso do GPS, revelou que vários bairros da cidade possuem pelo menos uma pessoa



em situação de rua. Isso indica uma distribuição ampla, por diferentes áreas. Além disso, o centro da cidade e a Avenida Presidente Dutra se destacam, devido ao quantitativo de 38 pessoas identificadas. Essa concentração pode estar relacionada à presença do comércio, área essa que possui grande concentração populacional, logo pode facilitar obtenção de meios de sobrevivência. Essa região permite o deslocamento para outros bairros e cidades. Além disso, o terminal rodoviário da cidade encontra-se neste perímetro.

Em resumo, o mapeamento de pessoas em situação de rua é uma ferramenta essencial para o enfrentamento dessa realidade complexa e desafiadora. Ele contribui para o conhecimento mais aprofundado dessa população, a sensibilização da sociedade, a adequação das políticas e programas de assistência social, além do monitoramento e a avaliação das ações necessárias. Favorecendo o reconhecimento dessa diversidade, ampliação de esforços, respeito e empatia para quem necessita romper as lacunas de sobreviver e viver nas ruas. Desta forma, reforça que o mapeamento apresentado, foi realizado por meio de uma contagem das pessoas que estavam nas ruas, avenidas, praças e demais áreas da cidade de Feira de Santana. Nesse indicador não foi considerado aquelas pessoas que estão/estavam institucionalizadas através dos abrigos e até hospitais, com isso, o número apresentado pode ser ainda maior, por falta de autorização e justificativas. No entanto, essa lógica da pesquisa, não invalida ou desqualifica a análise, visto que é importante considerar as próprias afirmações diante a individualidade de cada pessoa que esteja em situação de rua.

Durante a pesquisa, as pessoas em situação de rua foram identificadas por meio de observações visuais e comportamentais enquanto os pesquisadores percorriam áreas públicas da cidade. Os critérios incluíram a aparência das roupas, comportamentos característicos como pedir esmolas ou procurar alimentos em lixeiras, a presença frequente em locais públicos como praças e viadutos, interações com outros indivíduos em situação de rua e a evidência visível de condições de vida precárias, como falta de moradia adequada e problemas de saúde não tratados. Essa abordagem foi escolhida por ser não invasiva e respeitosa, garantindo a consideração da dignidade e individualidade de cada pessoa identificada.

Através da execução do mapeamento realizado em Feira de Santana permitiu identificar padrões espaciais, onde se concentra a população, e isso possibilita direcionar esforços e



recursos onde eles são mais necessários. Essa constatação reforça que mapear pessoas em situação de rua é um processo fundamental para entender e abordar de forma efetiva a questão da população em situação de vulnerabilidade social, a seguir elenca-se oito justificativas que fazem desse processo algo fundamental:

1. Ter uma visão mais clara e precisa da realidade das pessoas em situação de rua, em uma determinada área.
2. Identificar quantas pessoas estão em situação de rua, onde estão localizadas, quais as características demográficas. Essas informações são essenciais para o planejamento e implementação de políticas públicas e programas de assistência social adequados e eficazes.
3. Contribuir para a sensibilização da sociedade e das autoridades locais sobre a existência e a magnitude do problema da população em situação de rua.
4. Sensibilizar a opinião pública e contribuir para mobilização de recursos e esforços.
5. Permite adequar as políticas e programas de assistência social às necessidades reais das pessoas em situação de rua.
6. Direciona os recursos e serviços de forma mais efetiva, garantindo o acesso aos direitos básicos, como alimentação, saúde, moradia, trabalho, educação e assistência social.
7. Possibilita o monitoramento, avaliação das ações e políticas implementadas ao longo do tempo, através de estratégias de criação de base de dados.
8. Contribui para melhoria contínua das intervenções e transparência de dados sobre esse grupo específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora exista um setor responsável para identificar e monitorar pessoas em situação de rua, o mesmo parece não atuar nos principais pontos da cidade, com isso o número de pessoas em situação de rua aparenta crescer gradativamente. Dessa forma, nota-se que muitas ações existem na cidade, através de órgãos públicos e entidades não governamentais, no entanto, essas ações devem e poderiam ser melhor desenvolvidas desde quando possui uma boa cooperação, trabalho em rede e articulação.

Ao operacionalizar as políticas públicas de pessoas que estão em situação de rua é possível identificar falhas no processo, desenvolver alternativas e criar estratégias para que os principais problemas identificados sejam minimizados. Em relação aos objetivos traçados, percebeu que através da análise das principais legislações ajudou a compreender a realidade local e constatou-se que ao analisar os dados dos serviços para pessoas em situação de rua é



uma tarefa que exige conhecimentos específicos, atuação de um corpo técnico na área multidisciplinar, atendimento humanizado e sobretudo investimentos. Para além disso, foi identificado que a legislação municipal contribuiu para o fortalecimento de políticas públicas específicas por meio dos órgãos que atuam com o público, principalmente ao fomentar uma legislação municipal própria, porém deve ser realizado uma reavaliação dessa lei para que a mesma se adeque a realidade e necessidade do próprio município.

Ao Mapear os principais pontos de concentração das pessoas que estão em situação de rua na cidade. A identificação dos principais pontos de concentração das pessoas que estão em situação de rua na cidade, permite considerar que esses pontos de concentração podem auxiliar na identificação de áreas prioritárias para a implementação de políticas públicas e ações específicas, como abertura de abrigos até oferta de serviços de saúde até atendimento psicossocial. É importante reconhecer que em cada área de abrangência pode haver indivíduos em situação de rua com características e necessidades distintas, relacionadas ao contexto em que estão inseridos. O mesmo também contribui para o conhecimento mais aprofundado dessa população, a sensibilização da sociedade, a adequação das políticas e programas de assistência social, além do monitoramento e a avaliação das ações necessárias. Favorecendo o reconhecimento dessa diversidade, ampliação de esforços, respeito e empatia para quem necessita romper as lacunas de sobreviver e viver nas ruas.

É preciso reconhecer que a operacionalização das ações de trabalho voltadas para a população em situação de rua não é uma tarefa fácil. É necessário um esforço conjunto e contínuo por parte do município, organizações não governamentais e da própria sociedade civil, além de requer investimentos financeiros, estruturação de equipes capacitadas e a promoção de parcerias com diferentes atores sociais. Logo, a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações implementadas é fundamental promover a garantia da efetivação das políticas públicas, pois, a partir do mapeamento dos pontos e análise sobre essa população em situação de rua de Feira de Santana, permitiu e permite ajustes contínuos nas estratégias de mapeamento dessa população. É necessário ressaltar que a questão da população em situação de rua não se limita apenas às políticas de assistência social, mas envolve também questões estruturais mais amplas, como acesso à moradia digna, oportunidades de emprego e inclusão social.



REFERÊNCIAS

_____. BAHIA. Lei nº 12.947 de 10 de fevereiro de 2014, que **Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua** e dá outras providências. Salvador, BA, fevereiro de 2014. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-12947-2014-bahia-institui-a-politica-estadual-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-da-outras-providencias>.

BARROS, Adil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BIDARRA, Zelimar S. Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.99. 2009.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas** por dentro. 4.ed.rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura. Interdisciplinaridade e políticas de superação da pobreza. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 92, 2007.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Carvalho, G. M. (2015). Análise psicodinâmica do trabalho da população de rua de Manaus (dissertação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. – 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 16).

ESQUINCA, M. M. M. (2013). Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República (dissertação). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

FEIRA DE SANTANA. Câmara Municipal. Lei Nº 3482/2014. **Institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua e dá outras providências**. Feira de Santana: BA.



2014. (Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2014/349/3482/lei-o>, acesso em 22/01/2021).

FERREIRA, F. P. M.; MACHADO, S. C. C. Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, n. 90, ano XXVII, junho, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Gomes, R. C. M. (2006). Gente-caracol: A cidade contemporânea e o habitar as ruas (dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

GONH, Maria da Gloria. **Movimentos sociais na contemporaneidade***1 Universidade Estadual de Campinas Universidade Nove de Julho, 2011: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>

GONH, Maria da Gloria. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GRACIANI, Maria Estela Santos. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**; prefácio Moacir Gadotti /. 4.ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. – (Coleção Prospectiva, v. 4).

Honorato, B. E. F. (2014). Ordem e subversão nas cidades: Um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte (dissertação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersetorialidade. Saúde & Sociedade. [online]. vol.6, n.2, p. 31-46. 1997. Disponível em: Acesso em 08 de Jan.de 2021.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vivido. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 72, p. 23-52, nov. 2002.

Kowarick L. Viver em risco – sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34; 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed.5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MNPR. Movimento Nacional da População de Rua. Cartilha de Direitos: Conhecer para lutar.pdf. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 20/10/2022.



PEREIRA – PEREIRA. Política social: um espaço para a interdisciplinaridade. In: **Revista Humanidades**, volume 8, número 4, 1992.

RAICHELIS, Raquel. Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos para construção democrática. São Paulo, Cortez, 2000.

Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009: aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 14 de maio de 2022.

SILVA, Onildo Araújo da Silva. **Políticas públicas e planejamento territorial**. Feira de Santana: Zarte, 2018.